

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2011

ATAQUE À EDUCAÇÃO PODE LEVAR A RUPTURAS NO SISTEMA!

A) As linhas gerais do Orçamento de Estado para 2011

Perspectivas para 2011

1. Referências internacionais

- **Euribor a 3 meses**: sobe de 0,8% em 2010 para 1,1% em 2011;
- **Procura externa relevante para Portugal**: taxa de variação da procura de bens desce de 6% para 3,2%.

2. Referências nacionais

Consumo privado: passa de um crescimento de 2% em 2010 para um decréscimo de 0,5 em 2011;

Consumo público: passa de um crescimento de 1,9% em 2010 para um decréscimo de 8,8 em 2011;

Investimento (FBCF): passa de uma quebra de 2% em 2010 para uma quebra de 2,7 em 2011;

Exportações: passam de um crescimento de 8,6 % em 2010 para um crescimento de 7,3 em 2011;

Importações: passam de um crescimento de 6,7% em 2010 para um decréscimo de 1,7 em 2011;

PIB: passa de um crescimento de 1,3% em 2010 para um crescimento de 0,2 em 2011;

Inflação: passa de uma taxa de 1,3% em 2010 para uma taxa de 2,2 em 2011;

Desemprego: passa de uma taxa de 10,6 em 2010 para uma taxa de 10,8 em 2011.

Os impostos directos têm uma previsão de crescimento em percentagem do PIB de 9,6% (em 2010) para 9,8 % (em 2011), enquanto os impostos indirectos saltam de 11,9% do PIB (em 2010) para 12,4% (em 2011).

4. A “almofada” de 1.200.000.000 de euros

A proposta de orçamento para 2011 prevê uma redução da despesa de 2,2% do PIB e um aumento da receita de 1,2% PIB. Somadas as parcelas tem-se um valor, em percentagem do PIB, de 3,4%, sendo que o necessário para reduzir o défice orçamental, em 2011, de 7,3% para 4,6% do PIB, seria “apenas” de 2,7%. Ou seja, **parece estar criada uma “almofada” de 0,7% do PIB, aproximadamente 1.200.000.000 de euros** (mil e duzentos milhões de euros).

5. Os 520% de aumento das transferências (despesas) de capital para outros sectores

O mapa das despesas do Estado por classificação económica regista uma subida na rubrica “*despesas de capital para outros sectores*” de 275 milhões de euros em 2010 para 1.705,5 milhões de euros em 2011 (mais de 1% do PIB). Entram aqui as parcerias público/privadas.

6. Algumas notas sobre a execução de 2010 (de acordo com declarações últimas dos governantes)

- Admissão de que a derrapagem de 1.700 Milhões de euros se deu fora do sub-sector Estado (por exemplo, Estradas de Portugal), enquanto que no relatório de execução orçamental o governo viera acusar professores, militares, entre outros de uma responsabilidade que se confirma não ser verdadeira!

- É necessário esclarecer se o fundo de pensões da PT entra ou não na execução de 2010. Se entrar, a “almofada” anteriormente referida aumenta em 900 Milhões de euros, passando para um total de 2.10. Milhões. Se não entrar, o défice do ano em curso será de 8,3% e não 7,3% do PIB, o que significa que passaremos de “almofada” para um “buraco” de 500 Milhões de euros!

- O patronato, aproveitando o ambiente criado de saque aos trabalhadores e destruição dos apoios sociais que lhes são devidos, veio, sem vergonha, propor uma redução da taxa social única em 20% (de 23,5% para 3,5%), o que, a acontecer, seria um verdadeiro descalabro social!

COMENTÁRIO POSSÍVEL: ESTA É UMA PROPOSTA DE ORÇAMENTO QUE, A CONCRETIZAR-SE, IRÁ EMPOBRECER OS PORTUGUESES E GERAR MAIORES DESIGUALDADES E INJUSTIÇAS!

A subida da taxa Euribor a 3 meses, ainda que venha a situar-se *apenas* nos 0,3%, significa, só por si, uma enorme sobrecarga para quem tem crédito à habitação. Acrescentando o mais que previsível aumento dos *spreads* (remuneração bancária por cada operação de empréstimo) **teremos uma situação insustentável para muitas famílias portuguesas.**

O decréscimo (para cerca de metade) da procura relevante para Portugal, ainda que calculado de forma optimista (num ambiente de crise internacional), significa que **os dados sobre a previsão das exportações** (crescimento de 7,3%) **estão inflacionados.** Se dúvidas houvesse, bastava olhar para o decréscimo previsto das importações para as dissipar. A componente importada nos produtos de exportação portugueses é sobejamente conhecida.

A queda do **consumo privado**, num ambiente de redução generalizada de salários e aumento dos impostos, está claramente sub-calculada (- 0,5 %). Mesmo assim, em conjunto com a queda de 8,8% do **consumo público**, transforma a hipótese de crescimento do PIB, ainda que residual (0,2%), numa mera fantasia.

O agravamento previsto para a inflação (estimado por baixo) contribuirá ainda mais para dificultar a vida dos trabalhadores portugueses.

Com este enquadramento, prever uma subida da **taxa de desemprego** de 10,6% para 10,8% é querer mascarar a realidade.

O aumento desmesurado dos impostos indirectos contribuirá para alargar ainda mais o fosso entre ricos e pobres, sacrificando brutalmente os trabalhadores e pensionistas.

A “almofada” de 1.200.000.000 de euros (cerca de 0,7 % do PIB), num cenário destes, apenas pode significar que o próprio governo não acredita nas suas

previsões ou que tem em mente negociações para alterar algumas das variáveis em jogo. Em qualquer dos casos evidencia uma falta de respeito pelos trabalhadores portugueses (e em primeiro lugar os trabalhadores da Administração Pública) que, desde logo, vão ser espoliados de parte significativa dos seus salários.

O aumento “escondido” de 520% nas transferências de capital (1% do PIB) revela a dimensão do descontrolo das parcerias público/privadas.

Face a este cenário, é bem possível que, não só não haja crescimento, ainda que residual, como se entre em recessão. Esta situação pode vir a confirmar-se, de forma particularmente grave, porque não faz parte da opção política do Governo e dos que apoiam as medidas propostas, a imposição de impostos à banca, minimamente aproximados aos que se aplicam a qualquer outra empresa, já para não falar dos quase 5 mil milhões de euros (cerca de 3% do PIB), literalmente “enterrados” no BPN.

B) Educação: cortes nas remunerações certas e permanentes; dotações para os contratos a prazo; aumento de impostos e preços de bens e serviços essenciais

1. Remunerações certas e permanentes e dotações para os contratos a prazo

O Ministério da Educação é, de longe, aquele em que o corte de salários é mais brutal. **Só em remunerações certas e permanentes representa 63,5% dos cortes totais dos Serviços Integrados de toda a Administração Pública.** O que significa uma quebra, relativamente a 2010, de 412,5 milhões de euros (menos 9,2% que as dotações previstas para o ano em curso) Só para ter um termo de comparação, o serviço integrado que mais contribui, a seguir ao Ministério da Educação, **para os cortes totais** das remunerações certas e permanentes, é o Ministério da Defesa com 10,1%.

Por outro lado, se olharmos **as dotações para contratos a prazo previstas para 2011**, o Ministério da Educação irá ter uma dotação de 167,5 milhões de euros (representa 95,6% do total de todas as dotações para contratos a prazo) o que, tendo em conta uma redução de cerca de 20%, se compararmos com o corrente ano de 2010, permite perceber a medida exacta da dimensão da precarização da profissão docente. Isto, apesar da quebra brutal do número de professores que poderá ter lugar em 2011 (bem acima dos 20% de docentes contratados, ou seja, bem mais de 6.000 docentes) feito através da desarticulação cega de componentes curriculares, da redução de horas para o desempenho de cargos e funções, incluindo as do âmbito da gestão, da alteração do regime de funcionamento de serviços essenciais às escolas como as bibliotecas, entre outras malfeitorias que agravarão substancialmente as condições de trabalho dos professores e das escolas.

A este quadro de violento ataque a um serviço público essencial, como o da Educação, junta-se a quebra de 113,75 milhões de euros nas remunerações certas e permanentes do **Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior** (54,4% do total dos cortes dos serviços e fundos autónomos), que representa uma redução, relativamente a 2010, superior a 11%. Nestes serviços, o maior corte, a seguir ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, situa-se no Ministério da Saúde (89,9 milhões de euros) que sofre cerca de 43% dos cortes totais.

2. IRS, CGA e ADSE

Para além dos brutais cortes salariais, os trabalhadores da educação, como a generalidade dos trabalhadores portugueses, sofrerão um agravamento fortíssimo do IRS (quer através da diminuição das deduções específicas, quer através da imposição dos tectos nos benefícios fiscais), a que acrescem um aumento de 1% no desconto para a CGA e uma diminuição das comparticipações da ADSE em 15%!

3. IVA, transportes, energia, taxas e multas

A juntar a esta panóplia de extorsão desenfreada dos trabalhadores portugueses, há ainda a registar a subida do IVA em 2%, o aumento dos transportes (4% em média), da

energia (4,5%) e de um conjunto de outros bens e serviços essenciais. Para além disso, o aumento previsto para as taxas mais variadas, bem como para as multas e coimas...

COMENTÁRIO POSSÍVEL: TUDO INDICA QUE O ANO DE 2011 SERÁ MARCADO POR CONSTANTES ASSALTOS À BOLSA DE QUEM TRABALHA!

C) Educação: redução das despesas de capital e de funcionamento

As medidas de **redução das despesas de capital**, previstas na proposta de Orçamento para 2011, cifram-se, em termos de PIDDAC, em 0,04% do PIB, ou seja, cerca de 72 milhões de euros.

Ao nível das **despesas de funcionamento** está previsto um corte de 0,4% do PIB, o que significa cerca de 720 milhões de euros.

Este número astronómico que o governo pretende cortar, num único ano, **pondo em causa o normal funcionamento das escolas, a capacidade de resposta do sistema e a própria qualidade educativa**, resultará:

- Da redução de docentes prevista no OE;
- Das alterações curriculares (eliminação da AP e do EA);
- Da redução das horas para assessoria da gestão;
- Da redução de horas no âmbito do Plano Tecnológico;
- Da obrigatoriedade dos bibliotecários leccionarem uma turma;
- Da redução dos créditos horários das escolas (que já são diminutos);
- Da alteração das regras relativas ao trabalho nocturno;
- Da redução do orçamento de funcionamento das escolas (que mal dá para as despesas básicas);

- Da transferência do pagamento aos docentes contratados dos TEIP para fundos comunitários, assim como dos CEF e do Ensino Profissional, ministrado em escolas públicas...

Para além disso, a proposta de Orçamento para 2011 prevê outras quebras, designadamente para a Educação Pré-Escolar em 8,8%, num momento em que se afirma a sua universalização, bem como das transferências para o Ensino Particular e Cooperativo.

COMENTÁRIO POSSÍVEL:

Num momento em que o sistema público de Educação deverá:

- **Responder ao exigente desafio do alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos;**
- **Atingir as metas educativas fixadas até 2015, reduzindo significativamente as taxas de abandono e insucesso escolar;**
- **Universalizar a Educação Pré-Escolar, como defende o Governo, a partir dos 3 anos de idade;**
- **Alargar as oportunidades de qualificação e certificação para jovens e adultos;**
- **Reforçar as condições de funcionamento, os recursos e a autonomia das escolas!**

... Não se compreende como se atingirão tais objectivos reduzindo o número de professores, promovendo a instabilidade do corpo docente das escolas, retirando a estas horas essenciais para a sua organização pedagógica, reduzindo brutalmente o investimento e as verbas de funcionamento.

Além disso, não se pode ignorar o corte de quase 300 milhões de euros para as autarquias, apesar de, neste Orçamento para 2011, se prever o aumento das suas competências no âmbito da Educação.

De igual modo, é com grande preocupação que se assiste à redução de benefícios e apoios sociais que são fundamentais para que, famílias cada vez mais empobrecidas, possam suportar os custos da frequência da escola, por parte dos seus filhos.

A FENPROF considera lamentável que seja esta a opção política do Governo para resolver problemas criados pelo sistema financeiro e pela má governação, uma opção que chega ao ponto de, neste momento, não existir, sequer, uma política educativa definida, limitando-se o Ministério da Educação a agir como mera repartição das finanças!

Perante esta situação, a FENPROF, por exigir a valorização do Ensino, e da Escola Pública em especial, e por pugnar pela dignificação e valorização da profissão docente e dos trabalhadores em geral, empenhar-se-á na mobilização dos professores e educadores para as lutas que se aproximam, essas sim inevitáveis perante políticas tão negativas e gravosas para a sociedade portuguesa!

De imediato, o apelo aos professores é no sentido de se mobilizarem e assegurarem uma fortíssima participação na Manifestação Nacional de 6 de Novembro e na Greve Geral convocada para 24 de Novembro. Entretanto, já está lançado o debate nas escolas sobre a continuação de uma luta que é indispensável.

Lisboa, 28 de Outubro de 2010

O Secretariado Nacional